

RELATÓRIO DE AULA DE CAMPO: A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA E A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO¹

Raquel Daré^{2,3}

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

raqueldare@yahoo.com.br

31 de outubro de 2008 e 14 a 16 de novembro de 2008

INTRODUÇÃO

Este texto procura apresentar as principais impressões levantadas durante as aulas de campo na Região Metropolitana de Vitória e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O objetivo das aulas era promover, a partir das discussões teóricas feitas em sala de aula, uma comparação entre a Metrópole Regional da Grande Vitória e a Metrópole Nacional carioca com a finalidade de melhor compreender as disparidades e proximidades entre elas.

Os trabalhos em campo foram planejados de forma a proporcionar o melhor entendimento dos diversos momentos de organização social pelos quais passaram as cidades de Vitória e do Rio de Janeiro e suas regiões metropolitanas.

Na aula de campo realizada na Região Metropolitana de Vitória foram visitadas as cidades de Vitória, Cariacica e Serra. Nas aulas realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro as aulas se concentraram na zona norte e na zona sul da metrópole carioca e no município de Nova Iguaçu.

Num primeiro momento serão apresentadas as aulas realizadas em Vitória e em sua Região Metropolitana. Em seguida, serão apontadas as principais impressões das aulas realizadas no Rio de Janeiro e no município de Nova Iguaçu. Por fim, será feita uma

¹ Aula de campo realizada na disciplina Redes, territórios, cidades e fragmentações na economia global do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, ministrada pelo professor Cláudio Luiz Zanotelli.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Apoio: FAPES (Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo). A autora também agradece a ajuda financeira cedida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo para a participação nestas atividades de campo.



Figura 02: Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Fonte: Guia Geográfico Rio de Janeiro.

METODOLOGIA APLICADA

Para uma melhor organização das aulas e aproveitamento das atividades em campo foi montado um roteiro. Neste roteiro continha os objetivos das aulas, as datas e os horários de saída para o campo e os pontos das paradas técnicas. O campo realizado no Rio de Janeiro contou com a participação de professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para coordenar as aulas.

Os pontos para paradas técnicas foram escolhidos previamente pelos professores coordenadores. O critério de escolha para cada parada foi o grau de relevância dos lugares para a observação e análise das questões colocadas em debate pelos professores coordenadores.

Alguns professores utilizaram como material de apoio mapas e fotografias.

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

A aula de campo na Região Metropolitana de Vitória aconteceu no dia 31 de outubro, sob a orientação do professor Cláudio Luiz Zanotelli. O objetivo da aula era analisar a evolução da Região Metropolitana de Vitória a partir de seu núcleo até as periferias em seus diferentes períodos, desde o século XVI, quando Vitória era uma cidade colonial, com uma modesta vida urbana limitada ao núcleo, até os dias atuais em que presenciamos uma expansão periférica longínqua em relação ao seu núcleo.

O percurso teve início no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em direção a Enseada do Suá, passando pela praia de Camburi e pela Praia do Canto. Depois, seguimos para a área central de Vitória, fazendo um percurso a pé pela Praça

Costa Pereira, pela Cidade Alta e pelo Parque Moscoso. Em seguida, visitamos o bairro de Campo Grande em Cariacica, o mais importante subcentro da Região Metropolitana hoje e seguimos para Nova Rosa da Penha, área de expansão periférica da Região Metropolitana de Vitória. Por último, visitamos o bairro de Laranjeiras na Serra – um subcentro em franca expansão – e o seu entorno, onde se encontra inúmeros condomínios e loteamentos fechados.

VITÓRIA: O CENTRO E A EXPANSÃO DOS SEUS LIMITES

Nos bairros Praia do Canto e Enseada do Suá pudemos observar aspectos mais recentes da expansão urbana de Vitória, mais precisamente após a década de 1970. Esses bairros estão inseridos na V Região Administrativa do Município de Vitória, conhecida como região da Praia do Canto⁴.

Os bairros Praia do Canto e Enseada do Suá surgiram através de dois projetos de aterro que ficaram conhecidos como Novo Arrabalde e aterro do Suá. Com o aterro do Novo arrabalde foi urbanizada a área que compreende os atuais bairros Paria do Canto, Barro Vermelho, Santa Lúcia, Santa Helena, Jucutuquara e parte da Enseada do Suá; a outra parte deste último bairro surgiu com o aterro do Suá.

Segundo Campos Júnior (1996) para ser tornar populosa e comercial, Vitória requeria outros espaços a serem ocupados. As condições naturais eram o grande empecilho para a expansão da cidade. O saneamento também constituía um problema que precisava ser resolvido, principalmente por causa dos surtos de epidemias constantes na cidade. É nesse contexto que surge no governo de Muniz Freire (1892-1896) uma proposta de anexação das áreas das praias localizadas a nordeste da ilha. Elaborou-se o projeto de um bairro, que ficou conhecido como Novo Arrabalde, prevendo anexar uma área cinco a seis vezes maior do que aquela onde estava localizada a Capital.

A ocupação efetiva do Novo Arrabalde ocorreu, sobretudo, depois da década de 1950. Até então a área era praticamente desocupada. O governo exerceu um papel importante no processo de produção do Novo Arrabalde: projetou o bairro, construiu infraestrutura e sistema de ligação viária com o Centro e vendeu terrenos de maneira facilitada para a classe média, que acabou por se beneficiar da valorização dos terrenos anos mais

⁴ Fazem parte dessa Região Administrativa, além dos bairros Praia do Canto e Enseada do Suá, os bairros Barro Vermelho, Bomba (Santa Luiza), Ilha do Boi, Ilha do Frade, Praia do Suá, Santa Helena e Santa Lúcia.

tarde. A partir da década de 1970 esses lotes vieram a ser alvo de lucrativos empreendimentos imobiliários, com a construção de edifícios (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Seguindo a mesma tendência do aterro que deu origem ao Novo Arrabalde (de deslocamento dos aterros da área centro-sul de Vitória para a porção leste e norte da ilha) foram realizados mais seis aterros entre 1971 e 1981, dentre eles o aterro do Suá.

Segundo Carvalho (1994, apud Oliveira, 2007), o projeto do aterro do Suá era uma forma de expansão da cidade, criando novas áreas comerciais e de serviços fora do Centro de Vitória que se apresentava sem condições de crescimento e bastante congestionado.

No entanto, apenas na década de 1990, a Enseada do Suá ganha certo destaque no espaço urbano de Vitória, sobretudo com a ida para o bairro de sedes das instituições do Estado e de atividades terciárias mais avançadas e especializadas⁵. Além disso, a construção do Shopping Vitória (o primeiro Shopping Center de grande porte no Estado) e a inauguração da Terceira Ponte (cuja obra foi concluída no início da década de 1990 e que propiciou uma maior ocupação da área) transformaram essa região de Vitória em um importante centro comercial e econômico. Na Praia do Canto o destaque é para a construção do Praia Shopping, passando a ter uma maior oferta de serviços e lojas no bairro. Tudo isso representava uma possibilidade de crescimento da construção civil além do segmento habitacional, o que poderia levar a uma valorização dessa região e uma desvalorização dos imóveis localizados no Centro de Vitória (OLIVEIRA, 2007).

Vale destacar, como ressalta Oliveira (2007), que os aterros de Vitória estão ligados com os períodos de maior dinâmica econômica da Capital. Assim foi com a construção do aterro da Enseada do Suá. O aterro ocorreu em um período em que a economia brasileira era conduzida por forte intervenção do Estado para promover o crescimento econômico do país. Nesse período ocorreu um grande deslocamento de pessoas do campo para a cidade atraídas pelas obras de infra-estrutura ou pelos projetos industriais implantados pelo Estado brasileiro. No Espírito Santo, os projetos de implantação da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e do CIVIT (Centro Industrial de Vitória) mostram a importância do Estado como agente modificador do espaço. O aterro da Enseada do Suá, portanto, representava a necessidade do Estado e de um grupo de pessoas de incorporarem novas áreas à cidade, mesmo que criadas por meio de aterros.

⁵ Além do Shopping Vitória, estão situados na Enseada do Suá a Assembléia Legislativa, o Palácio do Café e a Cia. dos Portos.

Todos esses processos de transformação do espaço urbano de Vitória foram discutidos e verificados durante a aula de campo, principalmente o que diz respeito ao crescimento imobiliário em Vitória, o que é demonstrado com o processo de verticalização recente e ainda em curso da Praia do Canto e, mais recente ainda, da Enseada do Suá. Neste bairro, ainda podem ser percebidos alguns vazios que estão sendo apropriados pelo capital imobiliário (Figura 03).



Figura 03: Processo de verticalização na Enseada do Suá.

Foto: Silma Lima Ferreira.

Falaremos um pouco agora de nossas observações na área central de Vitória.

Na Praça Costa Pereira pudemos observar várias obras que datam do final do século XIX e início do século XX, quando Vitória já era considerada uma cidade comercial, além de ser sede administrativa. Foi um período de grandes obras, pois era o auge da produção e comercialização do café no Estado.

Do século XVI até o final do século XIX a atividade do comércio possuía pouca expressão e a dinâmica da Capital se dava em torno da função político-administrativa do governo. Porém, esse quadro muda quando se ampliam as atividades do comércio em razão da expansão da lavoura cafeeira e da elevação dos preços do produto no mercado exterior. Juntamente com o comércio do café, outras atividades foram incrementadas. Assim, instalaram-se em Vitória várias lojas comerciais, abriu-se espaço para o consumo de mercadorias importadas e incrementou-se o sistema de navegação.

Até esse período Vitória possuía uma acanhada vida urbana restrita ao núcleo. Foi somente na administração de Muniz Freire (1892-1896) que ocorreram as primeiras transformações na estrutura da cidade fora de seu núcleo original, a começar pelo Novo Arrabalde (FREITAS, et al., 2002).

Na Cidade Alta pudemos ver que esta parte da cidade ainda guarda traços do período colonial, como algumas casas e capelas religiosas. Segundo Campos Júnior (1996), a prosperidade do café permitiu a cidade, que antes ocupava esta parte alta próxima do Palácio do Governo e das igrejas, descer a elevação e ir aterrando as partes baixas junto à baía, aonde vão sendo construídas as casas de comércio, que reforçava o caráter comercial emergente da cidade.

Em seguida, o trajeto a pé foi em direção ao Parque Moscoso. A construção do Parque constituiu parte de um programa de urbanização do governo Jerônimo Monteiro no início do século XX, que compreendia obras de drenagem, aterros, água e esgoto, jardins, parques, arborização, alargamento de ruas, iluminação pública e particular, arruamentos e edifícios (FREITAS, et al., 2002).

A construção do Parque Moscoso e a valorização e qualidade do bairro resultante dos investimentos realizados pelo Estado acabou por diferenciar a área central de outras áreas do núcleo urbano de Vitória, aonde a elite da cidade foi se instalar na década de 1950. Como destaca Abe (1999) a ida da elite para a Vila do Moscoso caracterizava até então a tênue separação sócio-espacial da população por níveis de renda.

Ainda pudemos constatar que a área central de Vitória passa atualmente por um processo de deterioração e, conseqüentemente, de desvalorização do seu espaço urbano. Segundo Freitas et. al (2002) já nos anos de 1960, apesar de ainda ser considerado núcleo administrativo comercial e de serviços – sobretudo com a chegada da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – o Centro vai começando a perder sua função habitacional, por causa da concorrência de áreas alternativas. Na década de 1970 começa o deslocamento do interesse imobiliário, o que estimula a transferência de atividades comerciais e administrativas para fora do Centro, como a Prefeitura, a Assembléia Legislativa, o Palácio do Café, o Tribunal Regional Eleitoral do ES, o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União, etc. Nos anos subseqüentes, o Centro foi perdendo investimentos tanto públicos como privados. Tudo isso, como destaca os autores, contribuiu para criar a imagem atual de um centro poluído, inseguro e de tráfego intenso.

Desde a década de 1990, entretanto, vem se realizando campanhas dedicadas à revalorização do Centro de Vitória, como projetos que buscam desenvolver eventos culturais e estimular a economia do comércio.

A AGLOMERAÇÃO URBANA DA GRANDE VITÓRIA

Não podemos entender o processo de ocupação de Cariacica e de Serra (e também de outros municípios da Região Metropolitana de Vitória como Vila Velha e Viana) sem levar em consideração a produção do espaço urbano de Vitória, principalmente os eventos que promoveram a intensificação do processo de urbanização da cidade a partir da década de 1960. Neste período o destaque é para a convergência de grande parte da população migrante do interior do Estado para a Capital.

Dentre os elementos que promoveram essa vinda da população migrante para Vitória, Campos Júnior (1993, apud Reis, 2007) destaca, além da erradicação dos cafezais na década de 1960, a significativa melhora no sistema de transporte rodoviário promovida com a conclusão de importantes eixos rodoviários na década de 1960 (como a conclusão das obras da BR-101 nos trechos sul e norte, que irão ligar, respectivamente, a cidade de Vitória com os Estados do Rio de Janeiro e da Bahia e a conclusão da BR- 262, que irá intensificar a ligação entre Vitória com Belo Horizonte) e o incremento do sistema portuário da Grande Vitória, sobretudo com a conclusão do Complexo de Tubarão em 1966 e com a construção dos portos de Capuaba, Praia Mole, Portocel e Ubu.

Mas como colocou Abe (1999) a chegada de população migrante em Vitória não ficou restrita à década de 1960, tendo continuidade nos anos subseqüentes. A industrialização da agricultura e a vinda de grandes plantas industriais para Vitória a partir da década de 1970 são fatores decisivos para a constituição da aglomeração urbana de Vitória. No entanto, como o próprio Abe destaca, Vitória não comportou esse crescimento, ocorrendo o transbordamento do seu crescimento físico para os municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, configurando um contínuo urbano com características metropolitanas e que passou a ser chamado de Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

Atualmente se verifica um crescimento periférico na Região Metropolitana da Grande Vitória, resultado da saturação do solo de Vitória e das outras cidades da Região Metropolitana. O surgimento de bairros em torno da Rodovia do contorno na BR 101 a exemplo de Nova Rosa da Penha é significativo. Além desses bairros é notável o número de empresas que estão se instalando ao longo da rodovia.

CARIACICA: O SUBCENTRO CAMPO GRANDE

Segundo Reis (2007) é a partir dos efeitos do processo de formação da Aglomeração Urbana da Grande Vitória que surge o bairro de Campo Grande em Cariacica. O bairro irá abrigar, no Município de Cariacica, parcela expressiva da população migrante de baixo nível de renda. No final de década de 1960, e de forma mais intensa ao longo da década de 1970, porém, se despontará como o principal núcleo de comércio e serviços em Cariacica e um dos mais importantes da Grande Vitória.

Durante a aula de campo foi possível observar essa estrutura comercial e de serviços do bairro de Campo Grande, sobretudo ao longo da Av. Expedito Garcia e de algumas de suas ruas transversais. Podem ser encontrados neste trecho do bairro lojas, supermercados, restaurantes, padarias, lanchonetes, bares, farmácias, escritórios, consultórios odontológicos, agências bancárias e redes de grandes lojas de eletrodomésticos e artigos para casa como Eletrocity, Casa & Vídeo, Ricardo Eletro e Sipolatti (Figuras 04 e 05).



Figuras 04 e 05: O comércio no subcentro Campo Grande, Cariacica.

Fotos: Silma Lima Ferreira.

O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA: DIFERENÇAS ENTRE PRAIA DO CANTO E CAMPO GRANDE

Vale ressaltar que tanto o desenvolvimento da Praia do Canto como o de Campo Grande como importantes núcleos de comércio e serviço estão ligados ao processo de descentralização das atividades terciárias em Vitória. No entanto, como aponta o trabalho

de Reis (2007), a evidente desigualdade econômica e social entre Praia do Canto e Campo Grande produziu efeitos distintos, no que diz respeito ao papel que ambas as áreas desempenharam no desenvolvimento do processo de descentralização em Vitória.

Estes efeitos se revelam, de forma notável, através de estruturas funcionais de comércio e serviços bastante distintas entre as duas áreas, o que leva o referido autor a distinguir o impacto dessas áreas no processo de descentralização sobre a área central: por um lado, a descentralização do Centro de Vitória se deu, através do surgimento de subcentro de comércio e serviços, no qual Campo Grande é exemplo e, por outro lado, através do desdobramento do CBD, que é o caso típico da Praia do Canto⁶.

Podemos citar entre as inúmeras diferenças destacadas por Reis (2007) a importância da dimensão vertical na estrutura funcional da Praia do Canto, em contraponto à Campo Grande⁷, o que reflete na grande diferença observada em relação aos valores do uso do solo destinado ao comércio e serviços nas duas áreas. A Praia do Canto se destaca não somente por apresentar valores mais elevados do que Campo Grande, mas também superiores à Área Central. Além disso, a Praia do Canto se destaca como a área que manifesta a dinâmica de crescimento mais intensa de empreendimentos imobiliários de grande porte, voltados para a função comercial. O que se observa em Campo Grande é um quadro bem diferente e que nem de longe se aproxima da expressão que Praia do Canto apresenta nesse sentido.

Reis (2007) também aponta o padrão de distribuição das atividades de comércio e serviços. Enquanto na Praia do Canto este padrão se apresenta fragmentado e conta com a presença em quantidade marcante de centros comerciais planejados, Campo Grande conta com um único centro comercial planejado, de pequeno porte, instalado no único setor de coesão que compõe sua estrutura comercial, que é a Av. Expedito Garcia.

O perfil e o comportamento dos consumidores também revelam diferenças marcantes entre os que freqüentam a Praia do Canto e Campo Grande. Segundo Reis

⁶ O processo de descentralização se manifesta através do desdobramento do CBD quando atributos que eram exclusivos do núcleo da área central vai se concentrar em um outro setor da cidade. São atributos relacionados ao papel dominante que a área central tradicionalmente exerceu tanto na esfera econômica quanto na esfera político-jurídico e ideológica. Já o impacto de um subcentro sobre a área central é diferente. Este restringe-se a reproduzir uma concentração de estabelecimentos de comércio e serviços em menor escala e dotado de uma gama de funções menor do que o núcleo da área central, o que não afeta a supremacia desta. (REIS, 2007).

⁷ Segundo o autor em Campo Grande menos de 20% dos estabelecimentos estão alocados nos andares acima do térreo, enquanto, na Praia do Canto, este índice atinge 62% de sua estrutura de comércio e serviços.

(2007) no subcentro de Campo Grande a parcela de consumidores de menor renda é mais expressiva do que na Praia do Canto.

SERRA: SUBCENTRO E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

O SUBCENTRO LARANJEIRAS

Laranjeiras revelou-nos apresentar as mesmas características presentes em Campo Grande, embora o desenvolvimento do comércio daquele bairro seja relativamente mais recente do que deste. Dessa forma, podemos classificar Laranjeiras também como um subcentro.

Até a década de 1980 Laranjeiras apresentava um inexpressivo comércio local. Na década de 1990, porém, o número de lojas começou a aumentar de forma significativa e a partir da década de 2000 começou a chegar lojas de grandes redes nacionais.

Um dos motivos que contribuiu para o desenvolvimento do comércio em Laranjeiras foram as várias obras implantadas pela Prefeitura de Serra e pelo governo estadual para a abertura de Avenidas paralelas a BR-101, dentre elas a Avenida Central, onde se concentra o maior número de lojas do subcentro hoje (Figura 06).



Figura 06: O comércio no subcentro Laranjeiras, Serra.

Foto: Silma Lima Ferreira.

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM SERRA: CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS E BAIROS CARENTES

O município de Serra vem recebendo nos últimos anos vários empreendimentos imobiliários de condomínios exclusivos. Durante a aula de campo visitamos o bairro Colina de Laranjeiras, onde está localizado o Condomínio Aldeia Park. Próximo a esse condomínio, no entanto, estão os bairros Taquara I e Taquara II, bairros que tiveram origem por meio de ocupações de terrenos.

Nessa área da cidade de Serra pudemos observar o processo de segregação residencial, uma das formas espaciais vinculados à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais.

O Condomínio Aldeia Park representa um exemplo de auto-segregação que são os condomínios exclusivos que, como assinala Souza (2008), vem se intensificando nas últimas décadas nas cidades brasileiras, e não só nas grandes metrópoles. O Aldeia Park, assim como os demais condomínios exclusivos, é dotado de infra-estrutura e usos necessários para manter o *status* da população que ali se instala, como áreas de lazer, áreas verdes, aparatos de segurança, etc.

Já os bairros Taquara I e Taquara II, que se localizam bem próximos ao Aldeia Park, abrigam uma população de baixo poder aquisitivo, que como pudemos constatar é carente de infra-estrutura e se contrasta nitidamente com tal Condomínio.

METRÓPOLE NACIONAL RIO DE JANEIRO

A aula de campo no Rio de Janeiro aconteceu entre os dias 14 e 16 de novembro. Contou com a orientação dos professores Helion Povia Neto (IPPUR/UFRJ), João Baptista Ferreira de Mello (UERJ/Maracanã), Roselaine Oliveira dos Santos (UERJ/Baixada Fluminense) e Manoel Ricardo Simões (UERJ/FFP). O objetivo da aula era observar a evolução da forma urbana da Metrópole carioca segundo os diversos aspectos e momentos de organização social pelos quais ela passou.

A visita ao Rio de Janeiro pode ser dividida em quatro momentos. O primeiro momento, sob a orientação do Professor Helion Povia, aconteceu na tarde do dia 14 e tinha como finalidade conhecer a área central do Rio de Janeiro. O segundo momento aconteceu no dia 15 sob orientação do Professor João Baptista e tinha como proposta percorrer vários locais da zona norte e da zona sul do Rio de Janeiro. O terceiro momento, também sob a orientação do Professor João Baptista, aconteceu na noite do dia 15 e tinha como proposta visitar alguns locais em torno da Praça Tiradentes e fazer

um percurso pelo bairro da Lapa. O quarto momento aconteceu no dia 16 sob orientação dos Professores Manoel Ricardo e Roselaine dos Santos e tinha como objetivo conhecer alguns aspectos da urbanização de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense.

RIO DE JANEIRO: O CENTRO E A EXPANSÃO DOS SEUS LIMITES

Durante a aula do professor Helion Povia foram visitadas a Praça Tiradentes, a Rua da Carioca, o Largo da Carioca e o bairro de Santa Teresa.

Na Praça Tiradentes foram discutidos aspectos da urbanização do Rio de Janeiro no período da Colônia e do Império, a expansão dos limites da cidade do Rio de Janeiro e os monumentos e simbolismos na paisagem urbana.

De acordo com relato do professor Helion até o início do século XIX os limites da cidade do Rio de Janeiro se restringiam onde hoje são consideradas as regiões administrativas do Centro e Portuária, em torno de onde está localizada a Praça Tiradentes. O Rio de Janeiro nesse período não era uma cidade totalmente urbanizada. Portanto, a maior parte das construções de sua área central data do final do século XIX e início do século XX.

A Praça Tiradentes, no período colonial, dava lugar ao rocio e no Império passou a ser conhecida como campo da Constituição. A estátua que ali se encontra é comemorativa à primeira Constituição.

No Largo da Carioca, o professor Helion falou um pouco sobre a abertura da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), destacando a Reforma Passos, um programa de reforma urbana que, como coloca Abreu (2008), comandou a maior transformação já verificada no espaço carioca até então.

A Reforma Passos foi comandada pelo Prefeito Pereira Passos, nomeado durante a presidência de Rodrigo Alves, e tinha como meta principal adequar a forma urbana carioca às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital, que exigiam uma organização do espaço urbano condizente com o novo momento de organização social pelo qual passava a nação. Além disso, era preciso criar uma nova capital, um lugar que simbolizasse de forma concreta a importância do país como principal produtor de café do mundo e que expressasse os valores e os modos cosmopolita e moderno das elites nacionais (ABREU, 2008).

Como coloca Sevcenko (1999) era evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro. Era preciso um novo porto para agilizar os processos de importação/exportação; as ruelas estreitas, recurvas e em

declive, não eram propícias ao comércio de atacado; e o mais importante: era imperativo acabar com a imagem de uma cidade insalubre e insegura.

O período Passos, foi, portanto, um período revolucionador da forma urbana do Rio de Janeiro, que passou a adquirir desde então, uma fisionomia totalmente nova e condizente com as determinações econômicas e ideológicas do momento (ABREU, 2008).

É nesse contexto que é alargada a Rua da Carioca, visitada durante a aula de campo. Como consequência o lado direito da rua (sentido Avenida Central) ainda guarda um estilo Imperial (neoclássico) e o lado esquerdo apresenta um estilo republicano.

No mirante no alto do bairro de Santa Tereza, o professor Helion nos falou um pouco mais das transformações radicais na forma urbana do Rio de Janeiro e de sua expansão para além do Centro. Como nos colocou o professor, até o século XIX o Rio era uma cidade limitada pelos Morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição.

O desmorte do morro do Castelo aconteceu durante a administração Carlos Sampaio (1920–1922). O morro havia se transformado em local de residência de famílias pobres, mas se situava na área de maior valorização do solo da cidade, próximo à Avenida Rio Branco. Era preciso eliminá-lo não só em nome da estética, mas também da reprodução do capital. Já o morro de Santo Antônio foi extinto em 1950 e tinha como propósito a erradicação das favelas, porque estas não podiam mais permanecer nas áreas nobres da cidade (ABREU, 2008). O desmorte do morro de Santo Antônio permitiu a criação do Aterro do Flamengo.

Durante a Reforma Passos, o alargamento de ruas centrais e a abertura de novas artérias, resultaram na destruição de diversos quarteirões residenciais, que abrigavam principalmente o proletariado. Com isso, muitas famílias foram obrigadas a mudar-se. É a partir desse momento que os morros passam a ser efetivamente ocupados, dando origem as favelas (ABREU, 2008). Do mirante pudemos avistar o Morro da Providência, considerado como a primeira formação de favela do Rio de Janeiro.

SIMBOLISMO, TEMPORALIDADES, ZONA NORTE E ZONA SUL E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Na aula do professor João Baptista pela manhã foi feito um percurso pela zona norte do Rio de Janeiro. De ônibus passamos pela UERJ, pela comunidade da Mangueira, pela Praça da Bandeira, pela Cidade Nova, pelo Sambódromo, pela Praça 11, pelo Campo de Santana, pela Central do Brasil, pelo Túnel João Ricardo, pelo Cemitério dos Ingleses,

pela Área portuária, pela Praça Mauá e pela Avenida Rio Branco. A pé visitamos a Candelária, o Centro cultural Banco do Brasil, a Rua Buenos Aires, o Beco das Cancelas, a Rua do Ouvidor e do Comércio, a Praça 15 e o Paço Imperial.

À tarde seguimos para a zona sul. Visitamos primeiro o Cristo Redentor e em seguida seguimos para a Barra da Tijuca, passando pela Lagoa Rodrigo de Freitas, pelos bairros Leblon, Vidigal, São Conrado e a comunidade da rocinha. Depois seguimos para o Alto da Boa Vista e finalizamos a aula no bairro da Tijuca.

Quatro pontos são importantes de serem destacados desta aula de campo: o simbolismo no Rio de Janeiro, as várias temporalidades deste espaço urbano, a segregação residencial e o nível diferenciado de ocupação entre a zona sul e as demais regiões da cidade do Rio.

O simbolismo do Rio está expresso em seus diversos símbolos e vários deles foram destacados pelo professor João Baptista: o Maracanã, a comunidade da Mangueira, a igreja da Candelária, o Cristo Redentor. O samba e o carnaval também estão representados: o Sambódromo, a Escola tia Ciata (uma homenagem à tia Ciata, a quem deu origem ao samba) e a Rua do Ouvidor e a casa de Chiquinha Gonzaga, onde o carnaval de rua teve início.

Nas várias temporalidades do espaço urbano do Rio, o velho e o novo estão lado a lado. Como coloca Abreu (2008), a cada novo momento de organização social a sociedade conhece um movimento importante. E com o espaço não é diferente. Assim, novas funções aparecem, novos atores entram em cena, novas formas são criadas e formas antigas são transformadas. Dessa forma, destaca o autor, essas formas podem ser analisadas em termos de forma-aparência e forma-conteúdo.

Quando analisada como forma-aparência, a cidade seria composta de formas antigas, testemunhos de períodos anteriores de organização social, e de formas novas, características de momentos mais recentes de organização social. As formas-aparência representam uma acumulação de tempos. Já as formas-conteúdo dizem respeito aos conteúdos que as formas possuem e as funções que elas desempenham. Esta função é determinada exclusivamente pelo período atual de organização social. Dessa forma, formas antigas podem realizar funções totalmente distintas daquelas para as quais foram criadas, ou podem até desaparecer (Figuras 07 e 08) (ABREU, 2008).



Figuras 07 e 08: Rio de Janeiro: o velho e o novo na cidade.

Fotos: Cláudio Luiz Zanotelli.

Em Vitória não é diferente. A área central ganhou novas formas-aparência e novas formas-conteúdo. Além de o velho desempenhar novas funções, ele disputa espaço com o novo (Figuras 09, 10 e 11).



Figuras 09, 10 e 11: O centro de Vitória: novos conteúdos e novas formas.

Fotos: Silma Lima Ferreira e Cláudio Luiz Zanotelli.

Uma diferença entre Vitória e o Rio de Janeiro que vale destacar é de que enquanto no Rio o centro político permanece na área central da cidade, em Vitória aconteceu a sua transferência para fora do Centro, como já foi assinalado.

O último ponto a ser destacado deste dia de campo é o que se refere à segregação residencial, o qual a Barra da Tijuca é o principal exemplo de auto-segregação no Rio de Janeiro.

O plano de ocupação da Barra da Tijuca é da década de 1960 e foi encomendado ao urbanista Lúcio Costa, o mesmo que concebeu Brasília, e se pautava na mesma concepção modernista desta cidade. Expressando esse ideário, a Barra da Tijuca é um espaço com ilhas de construções, a maioria verticalizadas, cortados por vias expressas. Seus condomínios exclusivos são diferentes também das casas e dos prédios da cidade convencional. (SOUZA, 2006).

A Barra da Tijuca é um típico exemplo de bairro habitado por grupos sociais de alto *status* gerado pela dinâmica espacial da segregação. Tais grupos constituem aqueles que podem pagar para o capital imobiliário, aos quais interessam produzir novos bairros dotados de novos valores de uso, de novas amenidades. “Reproduz-se assim, através de novas formas, novas áreas sociais, segregadas e dotadas de novos ‘estilos de vida” (CORRÊA, 1993, p. 71).

Também sobre segregação residencial vale ressaltar o padrão de ocupação bem diferenciado entre os bairros situados na zona sul e nas demais regiões da cidade do Rio de Janeiro. Essa diferença de ocupação no Rio é o resultado de um conjunto de obras públicas que beneficiavam, sobretudo, o centro e a zona sul da cidade (ABREU, 2008), o que demonstra a forte intervenção do Estado sobre o urbano. Segundo Abreu (1992), já no final do século XIX, estavam definidas as bases ideológicas de ocupação do Rio de Janeiro no século XX. A zona sul passou a ser sinônimo de estilo de vida “moderno”, pois era servida por carris. Tal estilo foi logo capitalizado pelas companhias imobiliárias que aí atuavam. Já as áreas abertas pelas ferrovias deveriam se destinar aos mais pobres que para lá se deslocavam voluntária ou involuntariamente.

SIMBOLISMO, CULTURA E A NOITE CARIOCA

A aula de campo da noite do dia 15 com o Professor João Baptista teve o seguinte roteiro: Iluminado Prédio da Catedral Evangélica, Real Gabinete Português de Leitura, Igreja Nossa Senhora da Lampadosa, Avenida Passos, Praça Tiradentes, Rua da Constituição e Gomes Freire, Lavradio dos Antiquários e casas de shows de iluminação mutante, Esplanada de Santo Antônio, Largo Braguinha, Mem de Sá, Arcos da Lapa, Rua Joaquim Silva, Escadaria Selaron, Largo Nelson Gonçalves e Sala Cecília Meireles.

O simbolismo ainda esteve bastante presente nesta aula, assim como a cultura carioca foi bastante ressaltada. Porém, o professor João Baptista nos chamou a atenção para um sério problema social que é o da prostituição. A Avenida Passos e as ruas da Constituição e Gomes Freire são alguns dos principais territórios de prostituição à noite no Rio de Janeiro.

BAIXADA FLUMINENSE: NOVA IGUAÇU

A aula de campo em Nova Iguaçu tinha os seguintes objetivos: verificar aspectos da urbanização pretérita de Nova Iguaçu, atrelados aos seus eixos viários e aos ciclos econômicos nacionais e locais; analisar e contextualizar características e conseqüências do intenso processo de loteamento do município no decorrer das décadas de 1960 e 1970; e enfatizar o processo de heterogeneização sócio-espacial da periferia, o qual ganha contornos cada vez mais sofisticados e fragmentados devido à crescente instalação de condomínios fechados, principalmente na área central do município.

O primeiro ponto a ser visitado no município de Nova Iguaçu foi a localidade conhecida como Iguaçu Velho. Em Iguaçu Velho visitamos a fazenda São Bernardino e o Porto de *Iguassu*. Atualmente estes lugares constituem ruínas do primeiro centro de Nova Iguaçu, que foi construído no entorno do antigo porto do rio Iguaçu, atrelado ao transporte de ouro durante o século XVIII e ao transporte de café na primeira metade do século XIX.

No final do século XIX, as epidemias de cólera e malária tornaram essa região praticamente inabitada e as terras foram abandonadas. O deslocamento da população se deu em direção às linhas férreas, onde foi erguida a nova cidade, Nova Iguaçu.

A década de 1930 é o período áureo da laranja em Nova Iguaçu. A cana-de-açúcar foi substituída pelos laranjais. Com a Grande Guerra, porém, as exportações foram interrompidas e os laranjais cederam lugar às atividades industriais.

Em seguida, nos deslocamos para o bairro Tinguá, onde se localiza a última estação da linha de ferro Rio D'ouro, construída para viabilizar a captação de água da Serra do Mar para abastecimento do Rio de Janeiro.

Atualmente, mesmo com a delimitação da Reserva Biológica do Tinguá, desenvolve-se no seu entorno um turismo predatório e ilegal. A atração principal é o rio que corta o bairro. Ao longo do rio, os pontos preparados para receber os turistas chegam a receber 10.000 banhistas aos finais de semana durante o verão.

A prefeitura é omissa em relação a isso, enquanto emergem atores divergentes, como, ONG's, empresários, representantes do Estado, cujos conflitos vêm afetar os próprios moradores do bairro Tinguá.

Por último, paramos na área central de Nova Iguaçu. Neste ponto foi enfatizado os condomínios fechados recentemente lançados e a delimitação do perímetro da “área nobre” de Nova Iguaçu. Segundo os professores Manoel e Roselaine essa “área nobre” está ligada ao crescimento da classe média e da elite de Nova Iguaçu.

VITÓRIA E RIO DE JANEIRO: DISPARIDADES E PROXIMIDADES

Embora não sejam comparáveis em tamanho, e pouco em termos de recursos e composição socioeconômica, a Região Metropolitana de Vitória e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentam tanto disparidades, como proximidades.

Em relação à atuação do Estado sobre o espaço urbano, em ambas as capitais o Estado contribuiu para a criação da forma urbana que hoje essas cidades apresentam, sobretudo com projetos que dizem respeito ao melhoramento e embelezamento das cidades, como a Reforma Pereira Passos no Rio e o Plano de Melhoramento e Embelezamento de Vitória do governo de Jerônimo Monteiro. Ambos os projetos previam um novo desenho para as cidades, com a criação e o alargamento de ruas e espaços.

É evidente que no Rio de Janeiro o Estado influenciou de forma constante sobre a cidade, apoiando os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes e adotando políticas discriminatórias e elitistas, refletindo num espaço urbano altamente segregado. No entanto, não podemos ignorar que o Novo Arrabalde e o Aterro do Suá representaram a necessidade do Estado e de um grupo de pessoas de incorporarem novas áreas da cidade, mesmo que criadas por meio de aterros. Ou seja, variando em forma e intensidade a atuação do Estado esteve presente nas duas capitais.

Em relação ao que vimos sobre segregação, comparando à Barra da Tijuca no Rio, o Aldeia Park (e muitos outros condomínios exclusivos presentes em Serra) é menos isolado e elitista. Quanto a este último aspecto, pode ser constatado pelo simples padrão das casas, muito mais simples no Aldeia Park. Uma outra diferença notável é que na Barra da Tijuca predomina-se condomínios de torres residenciais e em Serra o predomínio é de casas. Ainda é importante destacar que se no Aldeia Park, as pessoas que residem ali, sobretudo os jovens e crianças, pouco freqüentam outros espaços na cidade e convivem com pessoas de outro estrato social, isso na Barra da Tijuca é,

possivelmente, muito pior. Essas poucas diferenças já nos levam a afirmar que a Barra da Tijuca pode ser considerada muito mais auto-segregada que a Serra.

Falando de um outro tipo de segregação, as favelas, assim como os condomínios exclusivos, são muito mais numerosas e segregadas no Rio do que na Região Metropolitana de Vitória. Se na Região Metropolitana de Vitória se pode constatar um controle territorial crescente das favelas por grupos de traficantes operando no varejo do tráfico de drogas, no Rio de Janeiro esse processo de territorialização é muito mais intenso, visto o tamanho e o número de favelas consideravelmente maior presentes nesta cidade, onde organizações e quadrilhas criminosas estão há muito consolidadas.

Por tudo isso vale ressaltar que a segregação residencial é um fenômeno urbano, muito mais da grande cidade do que da pequena (SOUZA, 2003). E ainda, podemos afirmar que o Rio de Janeiro apresenta um *tecido sociopolítico-espacial* fragmentado (SOUZA, 2006) mais do que o observado em Vitória e na sua Região Metropolitana já que a formação de enclaves territoriais ilegais, por traficantes de drogas de varejo, a intensidade da auto-segregação, representada pelos “condomínios exclusivos”, e também (embora não tenhamos comentado) o abandono e decadência dos espaços públicos são muito mais intensos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi apresentado aqui diz respeito a algumas reflexões feitas sobre a Região Metropolitana de Vitória e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro durante as aulas de campo. Óbvio que a realidade urbana das cidades visitadas é mais complexa do que como foi apresentada neste relatório, e para entender cada uma delas é preciso estudá-las de forma mais abrangente. Porém, tais reflexões apresentadas já nos ajudam a ter uma compreensão mínima dessas cidades.

Poder aplicar as teorias vistas em sala de aula, relacionando-as com a realidade empírica é uma atividade rica para compreender as relações sócio-espaciais. E a aula de campo permite esse exercício. No que diz respeito à cidade, não resta dúvida de que sua compreensão perpassa não apenas o campo teórico, mas a atividade empírica também. Como nos colocou o professor Helion Povo a aula de campo nos permite ler a paisagem da cidade como se ela fosse um texto. Foi esse exercício que se procurou fazer.

REFERÊNCIAS

- ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória: crescimento e metropolização**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FREITAS, José Francisco Bernardino; CAMPOS, Martha Machado; ALMEIDA, Renata Hermann. **Projeto centro.com.vitória**. Vitória: EDUFES, 2002.
- OLIVEIRA, Jeremias Vicente de. **As transformações espaciais ocorridas na Enseada do Suá – Vitória, a partir de 1990**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na grande Vitória-ES**. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SEVENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: _____. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3. ed. São Paulo: brasiliense, 1999.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **A prisão e a Ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de risco” à “ubiquidade do risco”. In: **Fobópole**. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 51-91.